STJ00106972

LEANDRO PAULSEN
Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte.
Professor de Direito Constitucional, Tributário e Penal.
Desembargador Federal.

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPLETO

10ª edição
revista e atualizada
2019

saraiva jur

STJ00106972

ISBN 978-85-53602-69-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Paulsen, Leandro

Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Título.

18-1069 CDU 34:336.2

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito tributário 34:336.2

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Luciano Assis
Revisão Luiza Bonfim

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 9-11-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605148 CAE 630556

STJ00106972

Sumário

Nota do Autor 17

Capítulo I

Tributação, direito tributário e tributo

1. Origem da tributação e da sua limitação 19
2. A tributação como instrumento da sociedade 23
3. Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação 25
4. A carga tributária, o direito à informação e os custos de conformidade 30
5. Fiscalidade e extrafiscalidade 33
6. Direito tributário 36
7. Relação com outras disciplinas jurídicas 38
8. Relação com a economia 40
9. Relação com a contabilidade 41
10. Conceito de tributo 42
11. Preços públicos e receitas patrimoniais 46

Capítulo II

Espécies tributárias

12. Características e regimes jurídicos específicos 49
13. Critérios para a identificação das espécies tributárias 50
14. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias 52
15. Impostos 54

STJ00106972

16. Taxas 55
17. Contribuições de melhoria 59
18. Empréstimos compulsórios 60
19. Contribuições 61
20. Contribuições sociais 65
21. Contribuições de intervenção no domínio econômico 66
22. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas 67
23. Contribuições de iluminação pública 68

Capítulo III
Princípios tributários

24. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão 71
25. A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar 73
26. Princípios gerais de direito tributário 73
27. Princípio da capacidade contributiva 74
28. Princípio da capacidade colaborativa 78
29. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária 81
30. Princípio da igualdade tributária 83
31. Princípio da praticabilidade da tributação 89

Capítulo IV
Competência tributária

32. Detalhamento da competência na Constituição 95
33. Competência tributária X repartição das receitas tributárias 97
34. Competências privativas, comuns e residuais 99
35. Normas constitucionais concessivas de competência 100
36. Critério da atividade estatal 101
37. Critério da base econômica 101
38. Critério da finalidade 104
39. Bitributação e *bis in idem* 105
40. Tributos na base de cálculo de outros tributos 107

Capítulo V
Imunidades tributárias

41. Imunidades como normas negativas de competência 111

42. Imunidades como garantias fundamentais 112
43. Classificação, interpretação e aplicação das imunidades 112
44. Imunidades genéricas a impostos 116
45. Imunidade recíproca 118
46. Imunidade dos templos de qualquer culto 120
47. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais 122
48. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão 124
49. Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais 126
50. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições de seguridade social 127

Capítulo VI

Das limitações ao poder de tributar que são garantias fundamentais do contribuinte

51. Natureza das limitações constitucionais ao poder de tributar 131
52. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da Federação 132
53. Legalidade tributária 132
54. Irretroatividade tributária 140
55. Anterioridade tributária 143
56. Isonomia tributária 149
57. Não confisco 149
58. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio 151

Capítulo VII

Garantias da Federação

59. Limitações específicas à União 153
60. Uniformidade geográfica 153
61. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores 154
62. Vedação de isenção heterônoma 155
63. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino 156
64. Vedação da afetação do produto de impostos 157

Capítulo VIII

Técnicas de tributação

65. Progressividade 159
66. Seletividade 161
67. Não cumulatividade 164
68. Tributação monofásica 167
69. Substituição tributária 167

Capítulo IX

Legislação tributária

70. Normas constitucionais 171
71. Leis complementares à Constituição 171
72. Resoluções do Senado 175
73. Convênios 175
74. Tratados internacionais 177
75. Leis ordinárias e medidas provisórias 180
76. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço 181

Capítulo X

Interpretação e aplicação da legislação tributária

77. Subsistemas da legislação tributária: os deveres, princípios, direitos e garantias que os inspiram e orientam 183
78. Vigência e aplicação da legislação tributária 187
79. Integração e interpretação da legislação tributária 188
80. Aplicação dos princípios de direito tributário, de direito público e de direito privado e das normas de colisão 191
81. Analogia e equidade 195

Capítulo XI

Capacidade, cadastro e domicílio

82. Capacidade tributária 199
83. Cadastros de contribuintes 200
84. Domicílio tributário 201

STJ00106972

Capítulo XII

Obrigações tributárias

85. As diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva 203
86. Obrigações principais e acessórias 204
87. Aspectos da norma tributária impositiva 207
88. Hipótese de incidência e fato gerador 209
89. Ocorrência dos fatos geradores 210
90. Classificação dos fatos geradores 211
91. Planejamento tributário e norma tributária antielisiva 212
92. Sujeito ativo 215
93. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco 216
94. Solidariedade 218
95. Contribuinte 219
96. Substituto tributário 220
97. Responsável tributário 221
98. Responsabilidade dos sucessores 225
99. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores 227
100. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário 231

Capítulo XIII

Tributação do Ilícito

101. Capacidade econômica e fatos geradores envoltos em ilicitudes 233
102. Premissa da irrelevância da ilicitude subjacente: princípio do *non olet* 234
103. Efeitos tributários do perdimento do produto e do proveito do crime 236

Capítulo XIV

Ilícito tributário

104. Infrações à legislação tributária e penalidades 239
105. Multas 240
106. Restrições a direitos e sanções políticas 246
107. Responsabilidade por infrações à legislação tributária 248
108. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações 252

Capítulo XV

Constituição do crédito tributário

109. Natureza do crédito tributário 255
110. Existência, exigibilidade e exequibilidade 256
111. Constituição ou formalização do crédito tributário 256
112. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito 257
113. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação 260
114. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta 262
115. Liquidação no processo trabalhista 263

Capítulo XVI

Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

116. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário 265
117. Moratória e parcelamento 266
118. Impugnação e recurso administrativos 269
119. Liminares e antecipações de tutela 271
120. Depósito do montante integral do crédito tributário 272
121. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário 273

Capítulo XVII

Exclusão do crédito tributário

122. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário 277
123. Isenção 277
124. Anistia 280

Capítulo XVIII

Extinção do crédito tributário

125. Hipóteses de extinção do crédito tributário 283
126. Pagamento, juros e multas 284
127. Pagamento indevido e sua repetição 285
128. Compensação 291
129. Decadência do direito de lançar 294
130. Prescrição da ação para execução do crédito tributário 296

STJ00106972

Capítulo XIX

Garantias e privilégios do crédito tributário

131. Meios de garantia e privilégios 303
132. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito 303
133. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal 304
134. Arrolamento administrativo de bens 305
135. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa 306
136. Indisponibilidade dos bens 307
137. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência 309
138. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores 310

Capítulo XX

Administração tributária

139. Órgãos e carreiras de administração tributária 311
140. Fiscalização tributária 314
141. Inscrição em dívida ativa e certidão de dívida ativa (CDA) 317
142. Cadastro e lista de devedores 320
143. Certidões negativas de débito 321

Capítulo XXI

Cobrança do crédito tributário

144. Cobrança amigável 325
145. Protesto extrajudicial 326
146. Execução judicial 328

Capítulo XXII

Impostos sobre o patrimônio

147. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 331
148. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) 335
149. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) 339

STJ00106972

Capítulo XXIII

Impostos sobre a transmissão de bens

150. Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) 347
151. Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) 353

Capítulo XXIV

Imposto sobre a renda

152. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) 361

Capítulo XXV

Impostos sobre a atividade econômica

153. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 375
154. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) 385
155. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) 401
156. Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) 407

Capítulo XXVI

Impostos sobre o comércio exterior

157. Imposto sobre Importação (II) 419
158. Imposto sobre Exportação (IE) 427

Capítulo XXVII

Contribuições sociais

159. Contribuições previdenciárias dos segurados do Regime Geral de Previdência Social 431
160. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada 438
161. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e Cofins) 449
162. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e Cofins--Importação) 460
163. Contribuição de Seguridade Social sobre o Lucro (CSL) 462

Capítulo XXVIII

Contribuições de intervenção no domínio econômico

164. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra 465
165. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Sebrae..... 467
166. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis 469

Capítulo XXIX

Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas

167. Contribuição aos conselhos de fiscalização profissional 471

Capítulo XXX

Contribuição de custeio da iluminação pública

168. Contribuição de Iluminação Pública Municipal (CIP) 475

Capítulo XXXI

Taxas de serviço e de polícia

169. Taxa de coleta de lixo domiciliar 479
170. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento 480

Capítulo XXXII

Regime do Simples Doméstico

171. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para o empregador doméstico 483

Capítulo XXXIII

Regime do Simples Nacional

172. Regime Simplificado e Unificado de Recolhimento de Tributos para Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte — Simples Nacional..... 485

Capítulo XXXIV

Processo administrativo-fiscal

173. Processo administrativo-fiscal federal..... 491

STJ00106972

174. Ação fiscal e autuação 492
175. Notificações e intimações 495
176. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos 496
177. Nulidades no processo administrativo-fiscal 498
178. Processo administrativo-fiscal estadual 500
179. Processo administrativo-fiscal municipal 500

Capítulo XXXV
Processo judicial tributário

180. Ações ajuizadas pelo Fisco 501
181. Medida cautelar fiscal 502
182. Execução fiscal 503
183. Exceção de pré-executividade 505
184. Embargos à execução 506
185. Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados 507
186. Mandado de segurança 510
187. Ação declaratória 513
188. Ação anulatória 515
189. Ação cautelar de caução 516
190. Ação consignatória 517
191. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação 518
192. Conexão entre ações tributárias 519

Capítulo XXXVI
Direito penal tributário

193. Criminalização de condutas ligadas à tributação 521
194. Crimes tributários praticados por particulares 522
195. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária 522
196. O falso como crime-meio e consunção 525
197. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária 527
198. Representação fiscal para fins penais 530
199. Ação penal pública 531
200. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento 532

201. Extinção da punibilidade pelo pagamento 534
202. Extinção da punibilidade pela regularização cambial e tributária da Lei n. 13.254/16... 535
203. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária 536
204. Descaminho 538
205. Apropriação indébita tributária 539
206. Sonegação de tributos 541
207. Falsificação de papéis públicos tributários 544
208. Crimes tributários praticados por funcionários públicos 545
209. Excesso de exação 546
210. Facilitação ao descaminho 546
211. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal 547
212. Corrupção passiva fiscal 547
213. Advocacia administrativa fiscal 548

Índice Alfabético-Remissivo 549

STJ00106972

Índice Alfabético-Remissivo

A numeração refere-se aos Itens

Ação consignatória — 190
Ação de repetição de indébito tributário e de compensação — 191
A carga tributária, o direito à informação e os custos de conformidade — 4
Administração tributária — 139 a 143
Advocacia administrativa fiscal — 213
Analogia e equidade — 81
Anistia — 124
Anterioridade tributária — 55
Aplicação dos princípios de direito tributário, de direito público e de direito privado e das normas de colisão — 80
Apropriação indébita tributária — 205
A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar — 25
Arrolamento administrativo de bens — 134
As diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva — 85
Aspectos da norma tributária impositiva — 87
Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço — 76
A tributação como instrumento da sociedade — 2
Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores — 138

STJ00106972

Ação anulatória — 188
Ação cautelar de caução — 189
Ação declaratória — 187
Ação fiscal e autuação — 174
Ação penal pública — 199
Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados — 185
Ações ajuizadas pelo Fisco — 180

Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal — 133
Bitributação e *bis in idem* — 39

Cadastro e lista de devedores — 142
Cadastros de contribuintes — 83
Capacidade, cadastro e domicílio — 82 a 84
Capacidade econômica e fatos geradores envoltos em ilicitudes — 101
Capacidade tributária — 82
Características e regimes jurídicos específicos — 12
Certidões negativas de débito — 143
Classificação, interpretação e aplicação das imunidades — 43
Classificação dos fatos geradores — 90
Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias — 14
Cobrança amigável — 144
Cobrança do crédito tributário — 144 a 146
Compensação — 128
Competências privativas, comuns e residuais — 34
Competência tributária X repartição das receitas tributárias — 33
Competência tributária — 32 a 40
Conceito de tributo — 10
Conexão entre ações tributárias — 192
Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária — 197
Constituição do crédito tributário — 109 a 115
Constituição ou formalização do crédito tributário — 111
Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária — 203
Contribuinte — 95
Contribuição aos conselhos de fiscalização profissional — 167
Contribuição de custeio da iluminação pública — 168

STJ00106972

Contribuição de Iluminação Pública Municipal (CIP) — 168
Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra — 164
Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Sebrae — 165
Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis — 166
Contribuição de Seguridade Social sobre o Lucro (CSL) — 163
Contribuições de iluminação pública — 23
Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas — 22
Contribuições de intervenção no domínio econômico — 164 a 166
Contribuições de intervenção no domínio econômico — 21
Contribuições de melhoria — 17
Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e Cofins-Importação) — 162
Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e Cofins) — 161
Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas — 167
Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada — 160
Contribuições previdenciárias dos segurados do Regime Geral de Previdência Social — 159
Contribuições sociais — 159 a 163
Contribuições sociais — 20
Contribuições — 19
Convênios — 73
Corrupção passiva fiscal — 212
Crimes tributários praticados por funcionários públicos — 208
Crimes tributários praticados por particulares — 194
Criminalização de condutas ligadas à tributação — 193
Critério da atividade estatal — 36
Critério da base econômica — 37
Critério da finalidade — 38
Critérios para a identificação das espécies tributárias — 13

Das limitações ao poder de tributar que são garantias fundamentais do contribuinte — 51 a 58
Decadência do direito de lançar — 129
Declarações do contribuinte e outras confissões de débito — 112
Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações — 108

STJ00106972

Depósito do montante integral do crédito tributário — 120
Descaminho — 204
Detalhamento da competência na Constituição — 32
Direito penal tributário — 193 a 213
Direito tributário — 6
Domicílio tributário — 84

Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário — 121
Efeitos tributários do perdimento do produto e do proveito do crime — 103
Embargos à execução — 184
Empréstimos compulsórios — 18
Espécies tributárias — 12 a 23
Excesso de exação — 209
Exceção de pré-executividade — 183
Exclusão do crédito tributário — 122 a 124
Execução fiscal — 182
Execução judicial — 146
Existência, exigibilidade e exequibilidade — 110
Extinção da punibilidade pela regularização cambial e tributária da Lei n. 13.254/16 — 202
Extinção da punibilidade pelo pagamento — 201
Extinção do crédito tributário — 125 a 130
Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal — 211

Facilitação ao descaminho — 210
Falsificação de papéis públicos tributários — 207
Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos — 176
Fiscalidade e extrafiscalidade — 5
Fiscalização tributária — 140

Garantias da Federação — 59 a 64
Garantias e privilégios do crédito tributário — 131 a 138

Hipótese de incidência e fato gerador — 88
Hipóteses de extinção do crédito tributário — 125
Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário — 116

STJ00106972

Ilícito tributário — 104 a 108
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) — 152
Imposto sobre a renda — 152
Imposto sobre Exportação (IE) — 158
Imposto sobre Importação (II) — 157
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) — 154
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — 153
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) —
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) —
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) —
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) — 155
Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) — 151
Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) — 150
Impostos sobre a atividade econômica — 153 a 156
Impostos sobre a transmissão de bens — 150 e 151
Impostos sobre o comércio exterior — 157 e 158
Impostos sobre o patrimônio — 147 a 149
Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) — 156
Impostos — 15
Impugnação e recurso administrativos — 118
Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições de seguridade social — 50
Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais — 49
Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão — 48
Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais — 47
Imunidade dos templos de qualquer culto — 46
Imunidade recíproca — 45
Imunidades como garantias fundamentais — 42
Imunidades como normas negativas de competência — 41
Imunidades genéricas a impostos — 44
Imunidades tributárias — 41 a 50
Indisponibilidade dos bens — 136
Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa — 135

STJ00106972

Infrações à legislação tributária e penalidades — 104
Inscrição em dívida ativa e certidão de dívida ativa (CDA) — 141
Integração e interpretação da legislação tributária — 79
Interpretação e aplicação da legislação tributária — 77 a 81
Irretroatividade tributária — 54
Isenção — 123
Isonomia tributária — 56

Lançamento por arbitramento ou aferição indireta — 114
Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação — 113
Legalidade tributária — 53
Legislação tributária — 70 a 76
Leis complementares à Constituição — 71
Leis ordinárias e medidas provisórias — 75
Liminares e antecipações de tutela — 119
Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino — 63
Limitações em prol da segurança jurídica, *da justiça* tributária, da liberdade e da Federação — 52
Limitações específicas à União — 59
Liquidação no processo trabalhista — 115

Mandado de segurança — 186
Medida cautelar fiscal — 181
Meios de garantia e privilégios — 131
Moratória e parcelamento — 117
Multas — 105

Natureza das limitações constitucionais ao poder de tributar — 51
Natureza do crédito tributário — 109
Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário — 122
Normas constitucionais concessivas de competência — 35
Normas constitucionais — 70
Notificações e intimações — 175
Nulidades no processo administrativo-fiscal — 177
Não confisco — 57
Não cumulatividade — 67

STJ00106972

O falso como crime-meio e consunção — 196
Obrigações principais e acessórias — 86
Obrigações tributárias — 85 a 100
Ocorrência dos fatos geradores — 89
Órgãos e carreiras de administração tributária — 139
Origem da tributação e da sua limitação — 1
Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação — 3
Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão — 24

Pagamento, juros e multas — 126
Pagamento indevido e sua repetição — 127
Planejamento tributário e norma tributária antielisiva — 91
Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência — 137
Premissa da irrelevância da ilicitude subjacente: princípio do non olet. — 102
Prescrição da ação para execução do crédito tributário — 130
Preços públicos e receitas patrimoniais — 11
Princípio da capacidade colaborativa — 28
Princípio da capacidade contributiva — 27
Princípio da igualdade tributária — 30
Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária — 195
Princípio da praticabilidade da tributação — 31
Princípio da segurança jurídica em matéria tributária — 29
Princípios gerais de direito tributário — 26
Princípios tributários — 24 a 31
Processo administrativo-fiscal estadual — 178
Processo administrativo-fiscal federal — 173
Processo administrativo-fiscal municipal — 179
Processo administrativo-fiscal — 173 a 179
Processo judicial tributário — 180 a 192
Progressividade — 65
Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio — 58
Protesto extrajudicial — 145

Regime do Simples Doméstico — 171
Regime do Simples Nacional — 172
Regime Simplificado e Unificado de Recolhimento de Tributos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — Simples Nacional — 172

STJ00106972

Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para o empregador doméstico — 171
Relação com a contabilidade — 9
Relação com a economia — 8
Relação com outras disciplinas jurídicas — 7
Representação fiscal para fins penais — 198
Resoluções do Senado — 72
Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores — 99
Responsabilidade dos sucessores — 98
Responsabilidade por infrações à legislação tributária — 107
Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário — 100
Responsável tributário — 97
Restrições a direitos e sanções políticas — 106

Seletividade — 66
Solidariedade — 94
Sonegação de tributos — 206
Subsistemas da legislação tributária: os deveres, princípios, direitos e garantias que os inspiram e orientam — 77
Substituição tributária — 69
Substituto tributário — 96
Sujeito ativo — 92
Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco — 93
Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito — 132
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário — 116 a 121
Suspensão da punibilidade pelo parcelamento — 200

Taxa de coleta de lixo domiciliar — 169
Taxa de fiscalização, localização e funcionamento — 170
Taxas de serviço e de polícia — 169 e 170
Taxas — 16
Tratados internacionais — 74
Tributação, direito tributário e tributo — 1 a 11
Tributação do Ilícito — 101 a 103
Tributação monofásica — 68
Tributos na base de cálculo de outros tributos — 40
Técnicas de tributação — 65 a 69

STJ00106972

Uniformidade geográfica — 60

Vedação da afetação do produto de impostos — 64
Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores — 61
Vedação de isenção heterônoma — 62
Vigência e aplicação da legislação tributária — 78

Zona Franca de Manaus — 60